

Informação

[Projeto de Resolução n.º 637/XV/1 \(PSD\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 658/XV/1 \(PAN\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 708/XV/1 \(PS\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 735/XV/1 \(CH\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 21 de junho de 2023

1. Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CH, bem como a Deputada única representante do partido PAN, tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, [Projeto de Resolução n.º 637/XV/1 \(PSD\)](#) - *Proteger a zona húmida das Alagoas Brancas no Algarve*, [Projeto de Resolução n.º 658/XV/1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo a proteção da zona húmida das Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa, distrito de Faro*, o [Projeto de Resolução n.º 708/XV/1 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias com vista à defesa da biodiversidade e proteção das zonas húmidas do Algarve* e o [Projeto de Resolução n.º 735/XV/1 \(CH\)](#) - *Salvaguardar a zona húmida das Alagoas Brancas do concelho de Lagoa, no Algarve*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República.
2. As iniciativas deram entrada na Assembleia da República, por esta ordem, em 21 e 24 de abril, e em 19 e 30 de maio de 2023, tendo sido admitidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, que determinou a baixa à Comissão de Ambiente e Energia (CAENE) em 24 de abril, e em 4, 23 e 31 de maio de 2023, respetivamente.
3. Na reunião da Comissão realizada em 21 de junho de 2023, as iniciativas foram discutidas, ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, tendo a discussão ocorrido nos seguintes termos:

A intervenção inicial coube ao Senhor Deputado **Rui Cristina** (PSD) que apresentou o projeto pelo qual se propõe que seja recomendado ao Governo a proteção das Alagoas Brancas. Considera o PSD que, dada o interesse ecológico das zonas húmidas das Alagoas devem as mesmas ser salvaguardadas, o que implica, segundo disse, vontade política para reverter decisões urbanísticas que conduzem à destruição desta zona. Saliu, adicionalmente, que a construção de *retail park*, representa um risco para as pessoas e bens porque se está a edificar no seio de um aquífero, sendo impossível drenar essa água. Aludiu ao estudo coordenado pela associação Almargem, de 2019, financiado pelo Fundo Ambiental, que fez, segundo disse, uma sólida caracterização deste território e dos seus valores naturais. Para além do referido estudo, foram surgindo

Comissão de Ambiente e Energia

outros elementos técnicos e científicos que concluem no mesmo sentido, demonstrando a relevância hidrológica desta área, como é o caso do parecer do Grupo de Estudos de Ordenamento (GEOTA). Notou também que, além do seu valor ambiental, as Alagoas têm também interesse histórico e cultural. Frisou ainda que as zonas húmidas estão ameaçadas, nomeadamente pela expansão urbana registada nas últimas décadas no Algarve, justificando assim a necessidade deste esforço de salvaguarda de refúgios ecológicos como as Alagoas Brancas.

Lembrou igualmente que, ainda este ano, foram realizadas em sede parlamentar, sobre este tema, audições com várias entidades, que enumerou. Afirmou que esta problemática tem mobilizado fortemente a população local e também a maioria das forças políticas, com exceção do PS que, segundo afirmou, “se preocupou mais em defender a posição da C. M. Lagoa”. Criticou a falta de vontade política do executivo autárquico para negociar com o promotor e encontrar, em conjunto, soluções alternativas de localização, no quadro dos instrumentos de gestão territorial em vigor. Terminou resumindo as cinco recomendações da iniciativa do seu partido.

Prosseguiu a Senhora Deputada **Inês de Sousa Real** (PAN) referindo não ter sido esta a primeira vez que o PAN levanta esta questão, tendo até promovido as audições já anteriormente mencionadas, incluindo a audição ao Ministro do Ambiente e Ação Climática (MAAC), lamentando, todavia, a ausência do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (C.M. Lagoa). Saliou a importância deste ecossistema singular, referindo a diversidade e riqueza das espécies que esta zona húmida acolhe (mais de 300), cuja destruição causará danos irreparáveis, consubstanciando, no seu entender, um incumprimento da Diretiva das Aves e Habitats e da Convenção de Ramsar. Ancorado no parecer do ICNF, o PAN vem propor que esta zona húmida, em risco de destruição, e classificada de interesse público, venha a ser classificada como área protegida de âmbito local.

Referiu também que ainda recentemente várias associações fizeram apelos ao Ministro do Ambiente para que trave este projeto e proteja as Alagoas, frisando que no parlamento tem sido feito tudo o que está ao seu alcance para travar este projeto, que considera desastroso para este ecossistema único. Resumiu as recomendações do projeto do PAN, uma das quais é que dê cumprimento ao que a lei já determina e ainda, que se diligencie, juntamente com o promotor, uma outra localização para o desenvolvimento do projeto comercial que está previsto para aquele local, notando até

Comissão de Ambiente e Energia

que, naquela zona já existem vários empreendimentos comerciais similares. Concluiu defendendo que todos temos a obrigação de garantir que deixamos para as gerações futuras, um planeta mais vivo e biodiverso.

Seguiu-se o Senhor Deputado **Luis Graça** (PS) que começou por sublinhar que 36% do território do Algarve está sob proteção de alguma medida de natureza ambiental, ou seja, acima da meta ambiental dos 30%. Prosseguiu dissertando sobre o enquadramento histórico que esteve na base desta aposta, que considerou prioritária, na defesa do ambiente e da biodiversidade na região. Segundo disse, foi justamente a defesa dos valores ambientais, que fundamentou a iniciativa de GP do PS, que remonta a 2018, visando a proteção das zonas húmidas, nomeadamente a Lagoa dos Salgados, a reserva natural da foz da Almargem, o Trafal (em Loulé) e o paul de Lagos. Referiu que foi na sequência da aprovação, por unanimidade, desta iniciativa que o Governo (Ministério do Ambiente) viria a publicar um aviso, por intermédio do Fundo Ambiental, que resultou no supracitado estudo elaborado pela associação Almargem. Sublinhou que há cerca de uma semana, o Ministro do Ambiente anunciou a criação da área marinha protegida da Pedra do Valado, no Algarve, com a participação do município de Lagoa, notando que é a primeira criada no país nos últimos 25 anos. Aproveitou para comentar a posição do PSD em projetos idênticos aludindo, nomeadamente, às medidas preventivas que suspendiam o PDM de Loulé, e ainda, para citar um conjunto de outros projetos relevantes com incidência em zonas húmidas, no Algarve. Nomeou, por exemplo, o da Lagoa dos Salgados, onde o Governo veio propor, a criação de uma Reserva Natural, a primeira área protegida nacional a ser criada nos últimos 21 anos em Portugal, bem como a criação do Parque Ambiental do Paul de Lagos.

Sobre as Alagoas Brancas disse que se evoluiu de forma diferente, remetendo para o que foi dito na audição do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), quando se hierarquiza a importância destas zonas húmidas de forma diferenciada. Pese embora o PS acompanhe a ideia de que toda a biodiversidade local deva ser preservada, o município de Lagoa tem uma opinião distinta sobre a forma como essa proteção deve ser concretizada, propondo que o restauro das Alagoas Brancas se realize através da realocização daquele ecossistema. Argumentou, por fim, que o poder local tem autonomia para tomar estas decisões, podendo-se admitir que haja vantagem nesta realocização.

Comissão de Ambiente e Energia

Concluiu apresentando as recomendações ao Governo que constam deste projeto de resolução do PS, destacando a recomendação de o governo continue a apoiar o projeto de proteção das pradarias de ervas marinhas, e dos cavalos-marinhos na Ria Formosa.

Seguiu-se a Senhora Deputada **Rita Matias** (CH) que destacou a mobilização da sociedade civil em torno da vontade de preservação das Alagoas Brancas, saudando o trabalho desenvolvido pela comunidade local, a que se associaram quatro forças políticas. Lamentou que o PS e PSD se concentrem na discussão sobre quem tem culpas nesta matéria. Criticou este confronto político, que considerou prejudicial uma vez que se nada for feito, e se não for travado aquele projeto comercial, o local será mesmo destruído. Por tal motivo, o CH pede que se tomem as diligências necessárias para salvaguardar, conservar e proteger as Alagoas, que o Governo incentive a C.M. Lagoa a classificar esta zona como área protegida, e que seja realizada uma avaliação de impacto ambiental para esta urbanização. Notando que naquela zona até já existem vários espaços comerciais com a mesma finalidade, propõem ainda a realocação daquele projeto. Contestou as recomendações do PS, argumentando que “atirar dinheiro para cima dos problemas” não é a solução até porque, segundo afirmou, já houve financiamento para as Alagoas Brancas em 2019. Concluiu argumentando que a defesa do ambiente não pode ser uma mera “bandeira política”, que é fundamental a vontade política para agir e resolver o problema, sublinhando também, neste contexto, o papel do parlamento.

O Senhor Deputado **Duarte Alves** (PCP) começou por afirmar que este é um caso típico e recorrente do confronto entre a salvaguarda de bens ambientais importantes e a defesa dos interesses económicos associados à promoção imobiliária, defendendo que, nesse confronto, é necessário escolher “de que lado é que estamos”. Contestou a solução da C. M. Lagoa de realocar o ecossistema, considerando-a mesmo absurda, de tal modo que, disse, nem consta do próprio projeto do PS. Considerou, igualmente, que o excesso de construção em leitos de cheia, que se verifica no Algarve, assim como por todo o território nacional, prejudica não só os habitats naturais como também os próprios projetos imobiliários, as habitações e as populações.

Finalizou defendendo que o importante é que se cumpra a recomendação do ICNF para a classificação desta zona como área protegida e que se tomem as diligências necessárias para que o “projeto saia do ecossistema, e não que o ecossistema saia para que o projeto imobiliário lá ficar”.

Comissão de Ambiente e Energia

A ronda final, de encerramento do debate, iniciou-se com a intervenção do Senhor Deputado **Luis Graça** (PS) que começou por criticar o PCP pela falta do mesmo afinco na oposição a um outro projeto com impacto ambiental negativo na região, referindo-se em concreto ao projeto de exploração e perfuração de petróleo no Algarve. Contestou os comentários do CH, argumentando que todas as iniciativas referidas terão sido promovidas pelo GP do PS e que o MAAC já anunciou várias medidas concretas como por exemplo a reserva marinha de Pedra do Valado, a reserva nacional dos Salgados, entre outras, provando que já se passou das palavras à ação. Aludiu novamente ao projeto dos cavalos-marinhos na Ria Formosa, que estavam em risco de extinção, devendo ser assegurada a continuidade do apoio do Governo.

Afirmou que, apesar de poder haver entendimentos distintos sobre esta matéria, compete à autarquia decidir. Reiterou a posição do PS, de defesa de todas as zonas húmidas do Algarve, incluindo as Alagoas Brancas, sem prejuízo da necessidade de se hierarquizarem estas áreas em função da sua importância ambiental. Lembrou, a este respeito, que o ICNF considerou que esta zona das Alagoas tem importância local ou regional, e não nacional, competindo assim à autarquia decidir como pretende intervir, não “cabendo à Assembleia da República dar ordens aos Presidentes de Câmara”. Concluiu afirmando que a iniciativa do PS defende as Alagoas Brancas, bem como outras zonas húmidas da região, onde é urgente intervir.

A Senhora Deputada **Rita Matias** (CH) dirigiu uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, solicitando que os serviços distribuíssem a ata da audição do ICNF, a partir da qual se conclui que, ao contrário do que foi afirmado no comunicado da C.M. Lagoa, nem a APA nem o ICNF se pronunciaram sobre estas matérias.

A Senhora Deputada **Inês de Sousa Real** (PAN) corroborou aquela conclusão, sublinhando que além de não se terem pronunciado e de não ter havido, na altura, qualquer parecer, o próprio ICNF veio reconhecer que há muitas espécies naquela zona que devem ser protegidas. Manifestou a sua consternação pelo facto de o PS estar, no seu entender, a branquear o que se está a passar, falando de outros projetos que “nada têm que ver com as Alagoas”. Voltou a referir que este ecossistema acolhe muitas espécies importantes que serão destruídas, enumerando algumas delas, acusando ainda o Presidente da C. M. Lagoa, Dr. Luis Encarnação, de ser o responsável político desta situação. Se nada for feito por este executivo socialista, o seu legado será, segundo afirmou, a destruição destas espécies e deste ecossistema. Anunciou que o PAN tudo

Comissão de Ambiente e Energia

fará, política e juridicamente para que as Alagoas Brancas não sejam destruídas. Deixou um apelo final para que fosse promovida a alteração do PDM e para que seja cumprida a Diretiva das Aves e Habitats, bem como a Convenção de Ramsar.

Encerrou o debate o Senhor Deputado **Rui Cristina** (PSD) afirmando que, apesar das “boas intenções”, o PS desvalorizou e “passou ao lado” deste problema da proteção das Alagoas Brancas. Na sequência dos comentários do Deputado Jorge Gabriel sobre as posições do PSD no Algarve, em projetos idênticos, justificou as suas tomadas de posição políticas enquanto vereador da C. M. Loulé, notando que a presente situação é distinta daquela que foi referida em Quarteira, salientando ainda que a zona das Alagoas Brancas constitui um dos aquífero mais relevantes do Algarve, com uma importante diversidade de espécies que ficam em risco com a concretização deste projeto imobiliário.

Concluiu dizendo que “a solução do PS não é solução”, assinalando ainda a ausência de referência às Alagoas Brancas nas suas recomendações. Reiterou a sua convicção de que havendo vontade política, o problema será resolvido.

A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta no [link da reunião](#)¹, dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.

4. Concluída a discussão, o Projeto de Resolução encontra-se em condições de poder ser agendado, para votação, em reunião plenária, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 21 de junho de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Tiago Brandão Rodrigues)

¹ media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/11_CAENE/CAENE_20230621.mp3



Comissão de Ambiente e Energia
